

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 006/PGJ/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Capital, na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, inscrito no CNPJ nº 03.464.870/0001-00, neste ato representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva, matrícula funcional nº 800132-4, residente e domiciliada em Campo Grande/MS, denominado Contratante, resolve apostilar o Contrato nº 006/PGJ/2025, celebrado com o BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede na Capital Federal, Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre 1, Edifício Banco do Brasil, 15º andar, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.000.000/0001-91, decorrente de dispensa de licitação, de acordo com o disposto no Art. 75, Inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, conforme Processo Administrativo nº 09.2024.00007190-9, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, pelas cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Instrumento, o reajuste de valor, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do artigo 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

1.1.1. Reajustam-se o valor da tarifa para Liquidação de Títulos Registrados prevista no *caput* da Cláusula Décima Segunda, em R\$ 0,12 (doze centavos), bem como o valor estimado anual previsto no parágrafo primeiro da citada cláusula, em R\$ 444,14 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos), pela variação do IPC-A/IBGE, com efeitos a contar de 16 de março de 2026.

1.1.2. Por força do reajuste de que trata o subitem 1.1.1, as informações constantes no *caput* e no parágrafo primeiro da Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 006/PGJ/2025, passam a vigorar conforme segue:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS TARIFAS

A remuneração do BANCO pela prestação dos serviços previstos neste Contrato se dará por depósito identificado recebido, conforme abaixo:

<i>Serviços</i>	<i>Tarifa Lançamento R\$</i>
<i>Liquidação de Títulos Registrados</i>	<i>2,91</i>

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos das remunerações ao BANCO, pela prestação dos serviços, cujo valor estimado anual é de R\$ 10.444,14 (dez mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos), (...).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

2.1. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas

permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como, à divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Campo Grande/MS, (data da última assinatura digital/eletrônica).

(assinado digitalmente na lateral direita do documento)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato nº 006/PGJ/2025**

Processo nº 09.2024.00007190-9

Partes:

1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva;
2- Banco do Brasil S.A., representado por Sebastião Vanderlan Borges Soares.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Reajuste de valor, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor: R\$ 444,14 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos).

Vigência: 16.03.2026 a 16.03.2027.

Data de assinatura: 19 de março de 2026.

Extrato da Nota de Empenho nº 2026NE001215 de 11.03.2026 do Processo nº 09.2026.00002786-5

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Ludmila de Paula Castro Silva, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Darlu Indústria Têxtil Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2024- Pregão nº 90012/PGJ/2024 - Eletrônico.

Objeto: Aquisição de material de copa e cozinha, visando atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

Valor: R\$ 1.460,00(um mil quatrocentos e sessenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2026NE001215 de 11.03.2026.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 40 da Lei nº 14.133/2021.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0007/2026/18PJ/CGR****INQUÉRITO POLICIAL Nº 08.2022.00134746-5****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 18ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento dos autos do Inquérito Policial nº 0023601-56.2022.8.12.0001, em que consta como vítima WILSON CAVALHEIRO LOPES, conforme se transcreve: "Por todo o exposto e pelo que mais dos autos consta, este Representante do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fundamento nos Artigos 18 e 28 do Código de Processo Penal, ARQUIVA o presente feito, no que tange à morte da vítima WILSON CAVALHEIRO LOPES, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações, caso surjam novos indícios ou suspeitas", informando ainda que, caso algum familiar queira, poderá apresentar, no prazo de 30 dias, pedido de revisão da decisão de arquivamento, perante a 18ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, nos termos da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24.11.2023.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2026.

JOSÉ ARTURO IUNES BOBADILLA GARCIA
Promotor de Justiça